

RELATÓRIO DO MAPEAMENTO SANTA CATARINA 2025

**GRUPOS REFLEXIVOS E RESPONSABILIZANTES PARA
HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES**



Adriano Beiras (Coord.)
Michelle de Souza Gomes Hugill (Coord.)
Ana Carolina Maurício
Naiara Brancher
João Batista Rios Machado
Antonio Carlos José Britto



MAPEAMENTO GRHAV 2025 SANTA CATARINA

FICHA TÉCNICA

AUTORES/RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Adriano Beiras (coordenador)
Michelle de Souza Gomes Hugill (coordenadora)
Ana Carolina Maurício
Naiara Brancher
João Batista Rios Machado
Antonio Carlos José Britto

Equipe designada para a realização de distribuição, controle e coleta de dados:

João Batista Rios Machado (coordenador)
Michelle de Souza Gomes Hugill
Luíze Casagrande Candeia
Maria Luíza Pacheco de Oliveira Alves

Como citar:

BEIRAS, Adriano; HUGILL, Michelle S. G.; MAURÍCIO, Ana Carolina; BRANCHER, Naiara; MACHADO, João B. R.; BRITTO, Antonio C. J. *Relatório do Mapeamento Santa Catarina 2025: Grupos Reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres*. Margens/UFSC, TJSC: Florianópolis, 2026.

Realização/Apoio:



As publicações do Grupo de Pesquisa Modos de vida, família e relações de gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (MARGENS/UFSC), estão disponíveis em: <https://margens.ufsc.br/>

É permitida a reprodução deste relatório e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.



SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA	3
2	RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	5
2.1	Distribuição territorial e evolução temporal dos GRHAV em Santa Catarina	5
2.2	Tempo de existência e funcionamento dos grupos	12
2.3	Facilitação dos grupos	15
2.4	Número de atendimentos	17
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
4	SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)	23
5	REFERÊNCIAS.....	27
6	ANEXO – Materiais disponíveis	28



1 APRESENTAÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de relatório elaborado a partir da atualização mapeamento estadual das ações reflexivas e responsabilizantes com autores de violência contra as mulheres existentes em Santa Catarina no ano de 2025, cuja pesquisa foi conduzida pela Coordenadoria da Mulher em Situação Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC)¹ e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do grupo de pesquisa Margens².

Este estudo se justifica pela necessidade de dar cumprimento ao Convênio n. 06/2025³ (Projeto Ágora), firmado entre o PJSC e UFSC com o objetivo de desenvolver metodologias capazes de subsidiar a implementação de grupos reflexivos para homens autores de violência contra as mulheres (GRHAV) nas comarcas do estado de Santa Catarina. Justifica-se também por conta da inclusão dos incisos VI e VII no art. 22 da Lei Maria da Penha, em 2020⁴, pela Recomendação n. 124/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁵, que orienta os tribunais a instituir e manter programa voltados à reflexão e à responsabilização de homens autores de violência doméstica e familiar, preferencialmente através parcerias com outras instituições, visando dar mais efetividade às medidas protetivas de urgência (MPUs) e pela Recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC)⁶.

O presente mapeamento tem como finalidade apresentar um retrato detalhado e consistente dessas iniciativas com homens autores de violência doméstica e familiar no estado de Santa Catarina. Em um contraponto com os mapeamentos realizados em 2020, 2022 e 2023, o mapeamento efetuado em 2025, insere-se na busca pela compreensão não apenas das experiências e condições de implementação, bem como a identificação dos desafios enfrentados em sua execução e manutenção. A análise atual procura identificar as lacunas estruturais, pontos deficitários e as representatividades por município e comarcas, de modo a evidenciar as desigualdades regionais no intuito de estimular políticas públicas mais eficazes.

A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário (*google forms*) e encaminhado pela CEVID a todas as Comarcas e 295 municípios de Santa Catarina, permanecendo disponível para manifestação no período de 8-7-2025 a 9-10-2025, seguida de

¹ Processo administrativo SEI n. 0114952-16.2024.8.24.0710

² Por intermédio do Departamento de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Psicologia (grupo de pesquisa Margens - Modos de Vida, Família e Relações de Gênero e Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica -NPPJ).

³ Disponível em: <http://www2.tjsc.jus.br/web/cache/sistemas/compras/convenios/108.2019.pdf>

⁴ Lei n. 13.984/2020, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13984.htm#art2

⁵ Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1535112022011161dda3afb39db.pdf>.

⁶ Recomendação do TCE (@RLA 22/00495301



contato com as comarcas e municípios a fim de prestar orientações e esclarecimento de dúvidas quanto ao preenchimento, obtendo-se 263 respostas e a participação de 112 comarcas⁷. Quando. Em seguida, foi elaborada uma lista provisória que foi submetida à revisão dos magistrados e magistradas das comarcas com competência nos feitos da violência doméstica e familiar contra as mulheres para eventuais ajustes até 05/02/2026, chegando-se ao mapeamento de 51 grupos reflexivos para homens autores de violência contra as mulheres (GRHAVs) em funcionamento no estado de Santa Catarina durante o ano de 2025.

Por fim, a apresentação e análise dos dados obtidos ficou ao encargo da equipe de pesquisa composta por Adriano Beiras, Michelle de Souza Gomes Hugill, Ana Carolina Maurício, Naiara Brancher, João Batista Rios Machado e Antônio Carlos José Britto, sob a coordenação dos dois primeiros.

Assim, a partir da análise do cenário das iniciativas com homens autores de violência contra as mulheres no período examinado, o presente relatório apresenta recomendações para subsidiar o fortalecimento de uma política institucional no PJSC, com ênfase na estruturação, qualificação, expansão e monitoramento dos GRHAV's no âmbito do Programa Estadual de Reflexão, Sensibilização e Responsabilização de Homens Autores de Violência contra as Mulheres (PROHAV), instituído pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 26/2025, buscando dar cumprimento à Recomendação CNJ n. 124/2022, e, consequentemente, conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, reforçando seus mecanismos de prevenção, interrupção de ciclos de violência e redução do risco de desfechos letais.

⁷ Apenas a comarca/município de Guabiruba não respondeu à pesquisa.



2 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos resultados do Mapeamento 2025 foi conduzida a partir da identificação do número de iniciativas reflexivas e responsabilizantes voltadas a homens autores de violência doméstica e familiar no estado de Santa Catarina, tomando como referência os levantamentos anteriores. O enfoque recaiu, principalmente, sobre a evolução quantitativa dessas ações, com a verificação do aumento ou da redução em diferentes municípios e comarcas, permitindo a uma leitura sistemática e fundamentada acerca da dinâmica de expansão, retração ou estabilidade das iniciativas, destacando os contextos regionais que se sobressaem pela representatividade ou pela ausência de programas. Tal abordagem objetivou não apenas registrar o estado atual das práticas, mas também fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais voltadas ao fortalecimento e à consolidação dos grupos reflexivos e responsabilizantes em Santa Catarina.

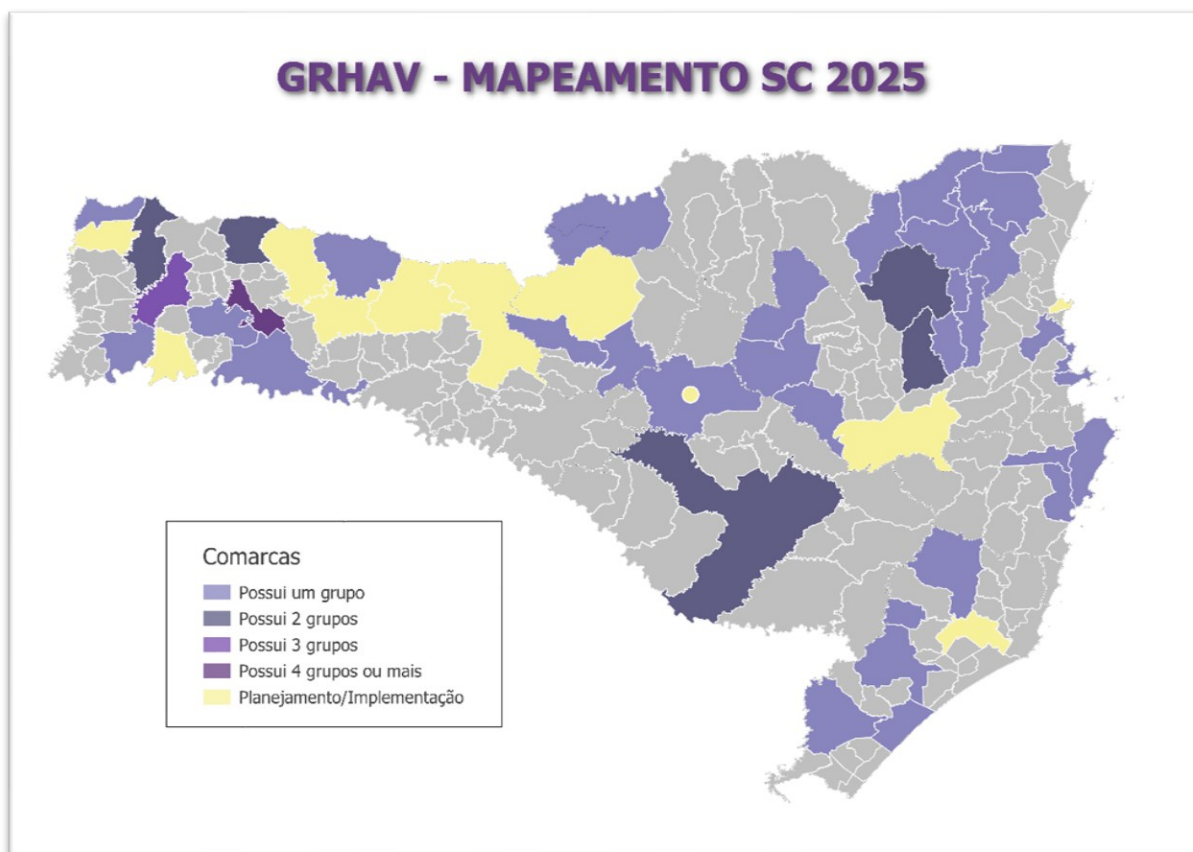
2.1 Distribuição territorial e evolução temporal dos GRHAV em Santa Catarina

Neste item, apresentam-se as comarcas, municípios e regiões do estado de Santa Catarina em que se encontram localizados os grupos reflexivos e responsabilizantes voltados a homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres mapeamento no ano de 2025, trazendo um comparativo com os dados existentes nos mapeamentos anteriores, realizados nos anos de 2020, 2022 e 2023.

A pergunta sobre a existência de grupos na comarca/município, teve 263 respondentes dentre as quais foram identificados 51 *grupos de homens autores de violência doméstica* (GRHAV) e 11 comarcas já em fase de planejamento e/ou implementação para 2026, a saber: Caçador, Ituporanga, Joaçaba, Palmitos, Penha, Ponte Serrada, São Domingos, São José do Cedro, Tubarão, Xanxerê e Curitibanos, esta última com previsão de implantação de grupo no âmbito do sistema prisional (*Figura 1*).



Figura 1 - Mapeamento GRHAV SC 2025: Distribuição dos grupos existentes e em planejamento/implementação



FONTE: Elaborado pelos(as) autores(as)

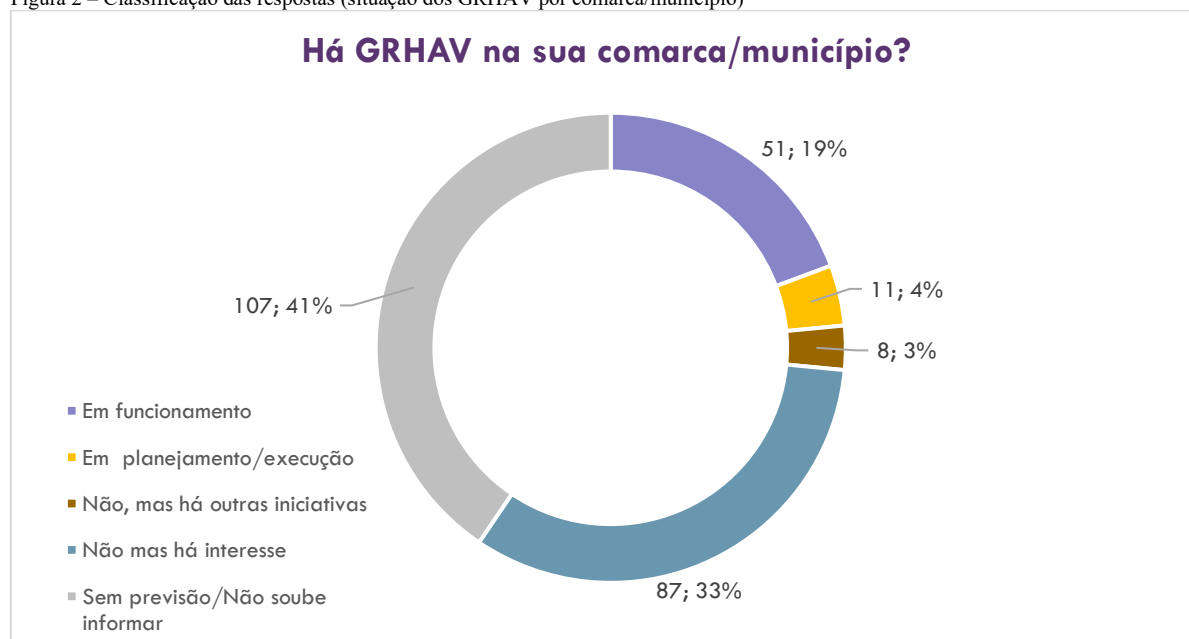
A Figura 2 apresenta a síntese das respostas obtidas à pergunta “Há GRHAV na sua comarca/município?”, classificadas segundo a situação informada. Observa-se que 19% das respostas (51) registraram a existência de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica (GRHAV) em funcionamento. Em contrapartida, 41% (107) indicaram inexistência de grupo sem previsão de implementação ou ausência de informação sobre o tema, evidenciando que parcela expressiva do território ainda não dispõe de oferta estruturada.

Por outro lado, destaca-se que 33% das respostas (87) afirmaram não haver grupo em execução, mas *declara interesse em iniciar ou retomar a implementação*, sinalizando demanda potencial e espaço para indução institucional. Nessa linha, a consolidação das respostas por comarca e município identificou **49 comarcas distintas** com interesse declarado em iniciar um novo grupo ou retomar experiências anteriores⁸.

⁸ Comarcas e municípios que informaram interesse em implementar ou retomar GRHAV: Abelardo Luz (Ouro Verde); Araranguá (Balneário Arroio do Silva); Biguaçu (Biguaçu); Bom Retiro (Bom Retiro; Alfredo Wagner); Braço do Norte (Santa Rosa de Lima; São Ludgero); Caçador (Caçador; Rio das Antas; Calmon; Macieira); Campo Belo do Sul (Campo Belo do Sul; Cerro Negro); Campo Erê (Campo Erê; Saltinho; São Bernardino); Campos Novos (Campos Novos; Vargem; Zorteia; Brunópolis); Canoinhas (Canoinhas; Major Vieira; Três Barras; Bela Vista do Toldo); Capinzal (Capinzal; Ipira; Lacerdópolis; Ouro; Piratuba); Capivari de Baixo (Capivari de Baixo);



Figura 2 – Classificação das respostas (situação dos GRHAV por comarca/município)



FONTE: Elaborado pelos(as) autores(as)

Por fim, a Figura 2 também evidencia situações intermediárias, com 4% (11) das respostas apontando comarcas em fase de planejamento e/ou implementação, e 3% (8) mencionando outras iniciativas pontuais, como palestra, encontro único ou atendimento individual, registradas separadamente por não configurarem grupo continuado, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de outras iniciativas com homens autores de violência

COMARCA	MUNICÍPIO DE EXECUÇÃO	Descrição da Iniciativa
São Carlos	São Carlos	Atendimento Individualizado
Içara	Içara	Medida protetiva consistente em palestra educativa
Imbituba	Imbituba	Encaminhamento para palestras voltadas a agressores (ação única)
Maravilha	São Miguel da Boa Vista	Atendimento individualizado
	Flor do Sertão	Atendimento individualizado
	Tigrinhos	Atendimento individualizado
	Santa Terezinha do Progresso	Atendimento individualizado
Navegantes	Navegantes	Palestras na Rede Catarina
5	8	

FONTE: Elaborado pelos(as) autores(as)

Catanduvas (Catanduvas; Jaborá); Concórdia (Concórdia); Correia Pinto (Correia Pinto; Ponte Alta); Curitibanos (Ponte Alta do Norte); Forquilha (Forquilha); Garopaba (Garopaba); Gaspar (Gaspar; Ilhota); Guaramirim (Guaramirim; Massaranduba); Herval d'Oeste (Herval d'Oeste; Erval Velho); Ibirama (Ibirama); Imaruá (Imaruá); Imbituba (Imbituba); Itaiópolis (Itaiópolis); Itapiranga (Itapiranga); Ituporanga (Imbuia); Joaçaba (Ibicaré; Água Doce; Treze Tílias; Luzerna); Lages (Lages; São José do Cerrito; Bocaina do Sul; Painel); Mafra (Mafra); Orleans (Orleans); Palmitos (Palmitos; Caibi); Papanduva (Papanduva); Penha (Penha); Ponte Serrada (Passos Maia; Vargeão; Ponte Serrada); Presidente Getúlio (Witmarsum); Quilombo (Quilombo; Formosa do Sul; Irati; Santiago do Sul); Santa Cecília (Santa Cecília); Sombrio (Sombrio); São Domingos (São Domingos; Ipuacu); São Francisco do Sul (São Francisco do Sul); São Joaquim (Bom Jardim da Serra); São Miguel do Oeste (São Miguel do Oeste; Barra Bonita); Taió (Mirim Doce; Salete); Tangará (Tangará; Pinheiro Preto; Ibiam); Tubarão (Tubarão); Turvo (Ermo); Xanxerê (Xanxerê).



Na sequência, apresenta-se o quadro sintético com a distribuição territorial dos GRHAVs em execução (Quadro 2).

Quadro 2 – Relação dos GRHAV existentes em 2025

COMARCA	NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO DE EXECUÇÃO DO GRUPO	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS ⁹
Abelardo Luz	Grupo Reflexivo de Homens	Abelardo Luz	Abelardo Luz
Anchieta	"Grupo Reflexivo"	Anchieta	Anchieta Palma Sola
	Ressignificando Vidas	Romelândia	Romelândia
Araranguá	Nome provisório: Florescer	Araranguá	Araranguá
Ascurra	Grupo Reflexivo de Homens autores de Violência Doméstica	Ascurra	Ascurra
	Grupo Reflexivo de Homens e Mulheres	Rodeio	Rodeio
Balneário Camboriú	Grupo de Homens do CREAS	Balneário Camboriú	Balneário Camboriú
Blumenau	Grupo Reflexivo de Homens autores de violência	Blumenau	Blumenau
Braço do Norte	Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violência	Braço do Norte	Braço do Norte
Capital	Projeto Ágora: grupos reflexivos para homens autores de violência	Florianópolis	Florianópolis
Chapecó	Projeto Refletir	Chapecó	Chapecó Caxambu do Sul Cordilheira Alta Guatambu Nova Itaberaba Planalto Alegre
Coronel Freitas	“O estranho no espelho: Em busca da (re)construção de si mesmo” – atendimento a agentes autores de violência doméstica em cumprimento a medida socioeducativa	União do Oeste	União do Oeste
	Programa Fortalecendo Laços – HAV	Águas Frias	Águas Frias
	Fortalecendo Laços	Jardinópolis	Jardinópolis
	Grupo Reflexivo - Fortalecendo laços, resgatando valores.	Coronel Freitas	Coronel Freitas
Criciúma	Projeto Refletir	Criciúma	Criciúma Nova Veneza Siderópolis Treviso
Curitibanos	Grupos Reflexivos para Homens	Curitibanos	Curitibanos
Dionísio Cerqueira	Programa Basta - Grupo Psicoterapêutico para Homens	Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira
Fraiburgo	Grupo reflexivo para autores de violência doméstica	Fraiburgo	Fraiburgo
Garuva	Grupo de Homens Autores de Violência	Garuva	Garuva
Guaramirim	Todos por Elas	Schroeder	Schroeder

⁹ A quantidade de municípios abrangidos pode estar subestimada, considerando que o quadro foi elaborado com base nas informações apresentadas pelos respondentes, sendo bem provável que existam mais municípios que sejam abrangidos pelos GRHAVs realizados nos municípios-sede.



MAPEAMENTO GRHAV 2025 SANTA CATARINA

~ 9 ~

Indaial	Grupo Reflexivo de Gênero e Masculinidades - GRGM	Indaial	Indaial
Itá	Metamorfose	Itá	Itá
Itajaí	Refletir	Itajaí	Itajaí
Itapema	Justiça Restaurativa para autores de violência doméstica	Itapema	Itapema
Jaraguá do Sul	Projeto Refletir	Jaraguá do Sul	Jaraguá do Sul Corupá
Joinville	Projeto Refletir	Joinville	
Lages	Coletivo de Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica - Grupo Coração Valente	Lages	Lages
	Central de Penas e Medidas Protetivas - CPMA	Lages	Lages
Lauro Müller	Grupo reflexivo Espaço do Homem	Lauro Müller	Lauro Müller
Maravilha	(RE)Conhecer	Maravilha	Maravilha
	Grupo reflexivo para autores de violência doméstica	Maravilha	Unidade prisional
	Projeto Transformar	Iraceminha	Iraceminha
Mondaí	Projeto Nem com Uma Flor: Grupo Reflexivo e Responsabilizante para Homens em Situação de Violência contra Mulheres	Mondaí	Mondaí
Palhoça	Projeto Refletir	Palhoça	Palhoça
Pinhalzinho	Projeto Boaz	Pinhalzinho	Pinhalzinho
Pomerode	Projeto Nova Oportunidade	Pomerode	Pomerode
Porto Belo	Projeto Raízes	Porto Belo	Porto Belo
Porto União	Transformar é viver	Porto União	Porto União
Rio do Campo		Rio do Campo	Rio do Campo
Rio Negrinho	Um Outro Mundo é Possível	Rio Negrinho	Rio Negrinho
São Bento do Sul	Grupo Refletir	São Bento do Sul	São Bento do Sul Campo Alegre
São José	Grupo Refletir	São José	São José
São Lourenço do Oeste	Grupo Reflexivos para homens autores de violência doméstica	Novo Horizonte	Novo Horizonte
	Projeto Violência Nunca mais	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste Jupia
Taió	Grupo Reflexivo para homens	Taió	Taió
Timbó	Grupos Reflexivo para Homens	Rio dos Cedros	Rio dos Cedros
	Grupo Reflexivo para homens autores de violência contra a mulher	Timbó	Timbó
Trombudo Central	Projeto Recomeço	Trombudo Central	Trombudo Central Pouso Redondo Agrolândia Braço do Trombudo
Turvo	Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violência Doméstica	Turvo	Turvo
Videira	Projeto RE-Construir	Videira	Videira Arroio Trinta Iomerê Salto Veloso
41	51	41	65

FONTE: Elaborado pelos(as) autores(as)

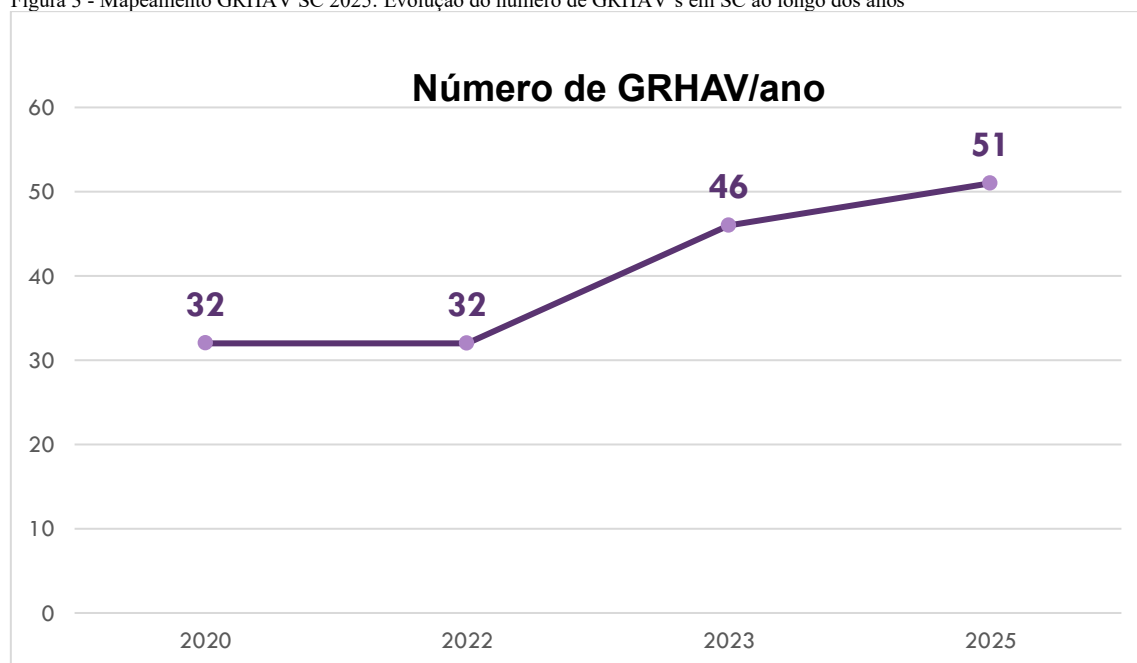


O Quadro 2 sistematiza, a partir das informações prestadas pelas pessoas respondentes, onde os GRHAV estão sediados/realizados (município de execução) e qual é o alcance territorial informado (municípios abrangidos). Essa distinção é relevante porque parte dos grupos funciona como polo, recebendo encaminhamentos de municípios vizinhos, enquanto em outras comarcas há mais de um grupo com execuções em municípios distintos dentro da mesma circunscrição. Por se tratar de dado autodeclarado, o quadro também pode conter lacunas e variações de preenchimento (por exemplo, quando não lista explicitamente todos os municípios abrangidos).

Considerando apenas os municípios explicitamente listados na coluna “Municípios abrangidos”, o Quadro 2 **indica 65 municípios abrangidos pelos 51 grupos distribuídos em 41 comarcas**, evidenciando tanto iniciativas de abrangência municipal quanto arranjos intermunicipais (em que um grupo atende a múltiplos municípios), o que permite qualificar a leitura territorial para além da simples presença/ausência de grupos por comarca.

Na sequência, apresenta-se uma análise da evolução quantitativa do número de grupos ao longo dos mapeamentos estaduais realizados no âmbito do PJSC. O objetivo é comparar, em termos numéricos, a variação observada entre os ciclos de levantamento, permitindo identificar o crescimento registrado no período e contextualizar os resultados mais recentes em relação aos anos anteriores.

Figura 3 - Mapeamento GRHAV SC 2025: Evolução do número de GRHAV's em SC ao longo dos anos



FONTE: Elaborado pelos(as) autores(as)



De modo geral, observa-se que o estado de Santa Catarina registrou um aumento de 8,7% em relação ao mapeamento realizado em 2023 (46 iniciativas), e de 65,62% em relação aos números apontados nos mapeamentos estaduais realizados em 2022 e 2020, com 32 iniciativas cada (*Figura 3*). Ressalta-se, contudo, que a comparação entre os ciclos demanda cautela, pois até 2023 o levantamento adotava a categoria mais ampla de “iniciativas”, reunindo ações com diferentes níveis de estruturação e continuidade. No mapeamento de 2025, com vistas a qualificar a leitura do indicador e padronizar a metodologia, passou-se a distinguir grupos reflexivos em sentido estrito, entendidos como ações continuadas com encontros planejados, de iniciativas pontuais, como encontro único, atendimento individual ou palestra, que não configuram grupo e, por isso, serão apresentadas em quadro separado. Assim, além do total consolidado, o presente relatório discrimina as comarcas e municípios com grupos em execução, grupos em planejamento ou implementação e iniciativas pontuais, permitindo visualizar não apenas a expansão numérica, mas também o grau de institucionalização das ações no território catarinense.

A evolução regional dos GRHAV em Santa Catarina, apresentada no *Quadro 3*, evidencia um processo de expansão territorial desigual ao longo dos ciclos de mapeamento (2020, 2022, 2023 e 2025).

Quadro 3 - Evolução do número de GRHAV por região de SC

REGIÃO	NÚMERO DE INICIATIVAS				% DO TOTAL 2025	VARIAÇÃO PERCENTUAL DAS INICIATIVAS E RELAÇÃO A 2025 ¹⁰		
	2020	2022	2023	2025		2020 > 2025	2022 > 2025	2023 > 2025
Extremo Oeste	9	10	15	16	31,4%	+77,8%	+60,0%	+6,7%
Foz do Rio Itajaí	0	0	0	1	2,0%	n/a	n/a	n/a
Grande Florianópolis	4	3	3	3	5,9%	-25,0%	0,0%	0,0%
Litoral Norte	3	3	2	4	7,8%	+33,3%	+33,3%	+100,0%
Litoral Sul	3	3	6	5	9,8%	+66,7%	+66,7%	-16,7%
Planalto Norte	0	2	3	4	7,8%	n/a	+100,0%	+33,3%
Planalto Sul	1	2	3	3	5,9%	+200,0%	+50,0%	0,0%
Vale do Itajaí	10	9	13	13	25,5%	+30,0%	+44,4%	0,0%
Vale do Rio do Peixe	2	0	1	2	3,9%	0,0%	n/a	+100,0%
TOTAL	32	32	46	51	100%	+59,4%	+59,4%	+10,9%

FONTE: Elaborado pelos(as) autores(as)

¹⁰ n/a: variação percentual não aplicável quando o valor no ano-base é zero.



Observa que, em 2025, a região do **Extremo Oeste** concentrou a maior parcela dos grupos identificados (16), mantendo trajetória ascendente desde 2020 (9), com incremento mais expressivo até 2023 e posterior estabilização em patamar elevado. O **Vale do Itajaí** respondeu como segundo principal polo (13), com expansão consistente ao longo do período e manutenção do quantitativo entre 2023 e 2025.

Por outro lado, a região do **Litoral Sul** apresentou aumento até 2023 (atingindo 6 grupos), com uma leve redução em 2025 (5), ao passo que o **Litoral Norte** registrou crescimento mais recente, passando de 2 para 4 grupos entre 2023 e 2025.

As regiões de **Planalto Norte** e **Planalto Sul** evidenciam expansão gradual, com destaque para o Planalto Norte, que parte de ausência de registros em 2020 e alcançou 4 grupos em 2025, e para o Planalto Sul, que triplicou o quantitativo durante o período em que os mapeamentos se iniciaram.

Na **Grande Florianópolis**, observa-se redução inicial em relação a 2020 e posterior estabilidade em 3 grupos. A **Foz do Rio Itajaí** registra a existência de grupos apenas em 2025, enquanto o **Vale do Rio do Peixe** apresentou oscilações, com retomada em 2025 após variações nos ciclos anteriores. Em conjunto, os dados do Quadro 2 indicam crescimento global moderado no último biênio, mas revelam dinâmicas regionais distintas, com áreas de consolidação e outras em expansão recente, reforçando a importância de uma leitura territorializada da política de implementação dos GRHAV no estado.

A leitura conjunta dos dados evidencia que, embora o crescimento absoluto do número de grupos entre os ciclos mais recentes seja moderado, a expansão territorial dos GRHAV ocorre de forma progressiva e com dinâmicas regionais próprias, com as regiões do Extremo Oeste e do Vale de Itajaí, concentrando mais da metade de todos os grupos reflexivos do Estado, e, simultaneamente, o surgimento de novas experiências em regiões que até então não registravam grupos, como a Foz do Rio Itajaí, indicando capilarização gradual da política no estado.

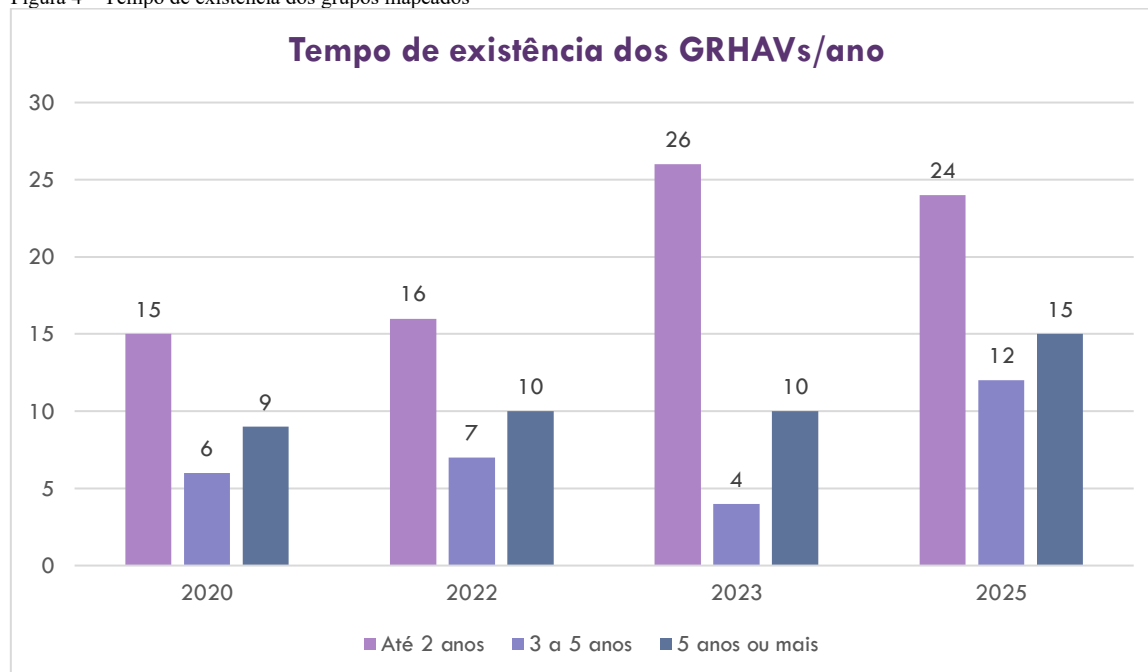
2.2 Tempo de existência e funcionamento dos grupos

Quanto ao **tempo de existência dos GRHAV** informado pelos(as) respondentes em 2025, verifica-se um cenário marcado por forte presença de grupos recentes e, ao mesmo tempo, por um núcleo de experiências duradouras. Do total de 51 grupos mapeados, 47% possuem até dois anos de existência, o que indica que quase metade da oferta atualmente registrada ainda está em fase inicial e, portanto, mais suscetível a oscilações operacionais. Por



outro lado, 29,4% dos grupos possuem mais de cinco anos de funcionamento, com destaque para o grupo de Blumenau, que ultrapassa 20 anos de existência, demonstrando que há experiências capazes de atravessar o tempo, manter regularidade e acumular trajetória metodológica e institucional. As faixas intermediárias, entre dois e cinco anos, correspondem a 23,5% dos grupos, compondo um contingente menor de iniciativas em transição.

Figura 4 – Tempo de existência dos grupos mapeados



FONTE: Elaborado pelos(as) autores(as)

Quando este cenário é comparado com os mapeamentos anteriores (Figura 4 – Tempo de existência dos grupos mapeados), observa-se que a predominância de experiências com pouco tempo de existência constitui um padrão recorrente na trajetória de implementação dos GRHAVs em Santa Catarina. Em 2020 e 2022, a maior parte dos registros já se concentrava na faixa de até dois anos, indicando um campo em processo de implantação contínua, com reduzida densidade de iniciativas capazes de atravessar ciclos institucionais. Em 2023, esse movimento se intensifica com a expansão acelerada do número de iniciativas recentes, refletindo um momento de forte indução e disseminação territorial da política. Em 2025, embora o total de grupos em funcionamento seja superior, a manutenção de um percentual elevado de experiências com até dois anos e a menor representatividade relativa das faixas intermediárias indicam que o crescimento segue ocorrendo, sobretudo, pela abertura de novos grupos, sem que isso se traduza, na mesma proporção, em aumento da quantidade de experiências com tempo médio de funcionamento.



Essa dinâmica revela, de um lado, a capacidade de expansão territorial contínua, a difusão da metodologia e a entrada de novos atores institucionais na implementação dos grupos, demonstrando adesão crescente à política e fortalecimento de sua legitimidade. A presença de um núcleo expressivo de grupos com mais de cinco anos de existência indica, ainda, que há capacidade instalada e experiências consolidadas que funcionam como referência técnica e organizacional para outras comarcas, contribuindo para a formação de um acúmulo institucional no estado.

Por outro lado, os dados evidenciam desafios estruturais relacionados à sustentabilidade das iniciativas, com a menor densidade na faixa de dois a cinco anos, sugerindo que parte dos grupos enfrenta dificuldades para ultrapassar a fase inicial de implantação e se estabilizar como oferta regular. Esse padrão aponta para fatores que extrapolam a decisão de criar o grupo e se relacionam com condições de continuidade, como estabilidade das equipes, manutenção de fluxos de encaminhamento, articulação com a rede local, apoio institucional permanente e padronização metodológica.

No que se refere **ao formato de funcionamento dos grupos reflexivos**, observa-se predominância absoluta da modalidade presencial. Entre os 51 grupos identificados em 2025, 49 são realizados exclusivamente de forma presencial, enquanto 2 informaram adotar formato híbrido (Blumenau e São Bento do Sul), com oferta de encontros presenciais e on-line, indicando que a política de implementação dos GRHAVs no estado mantém forte ancoragem em dinâmicas presenciais, o que pode estar relacionado à própria natureza metodológica dos grupos reflexivos, que demandam interação direta, construção de vínculo e manejo qualificado das dinâmicas coletivas. Ao mesmo tempo, a presença ainda incipiente de experiências com componentes on-line sugere potencial para ampliação de estratégias híbridas, especialmente em comarcas com grande extensão territorial ou com dificuldades de deslocamento dos participantes, desde que preservados os pressupostos técnicos da intervenção.

Quanto à **forma de encaminhamento**, as respostas indicam que 40 grupos (78,4%) tem a determinação judicial como forma exclusiva de ingresso, enquanto 11 grupos (21,6%) relataram mais de uma via de entrada, incluindo determinação judicial e encaminhamento pela rede e, em alguns casos, demanda espontânea. Esse resultado demonstra que o acesso aos grupos está majoritariamente vinculado a decisões judiciais, o que dialoga com a Lei Maria da Penha, que prevê o encaminhamento do autor de violência a “programas de recuperação e reeducação” como medida protetiva e no contexto de medidas judiciais voltadas à prevenção e responsabilização.

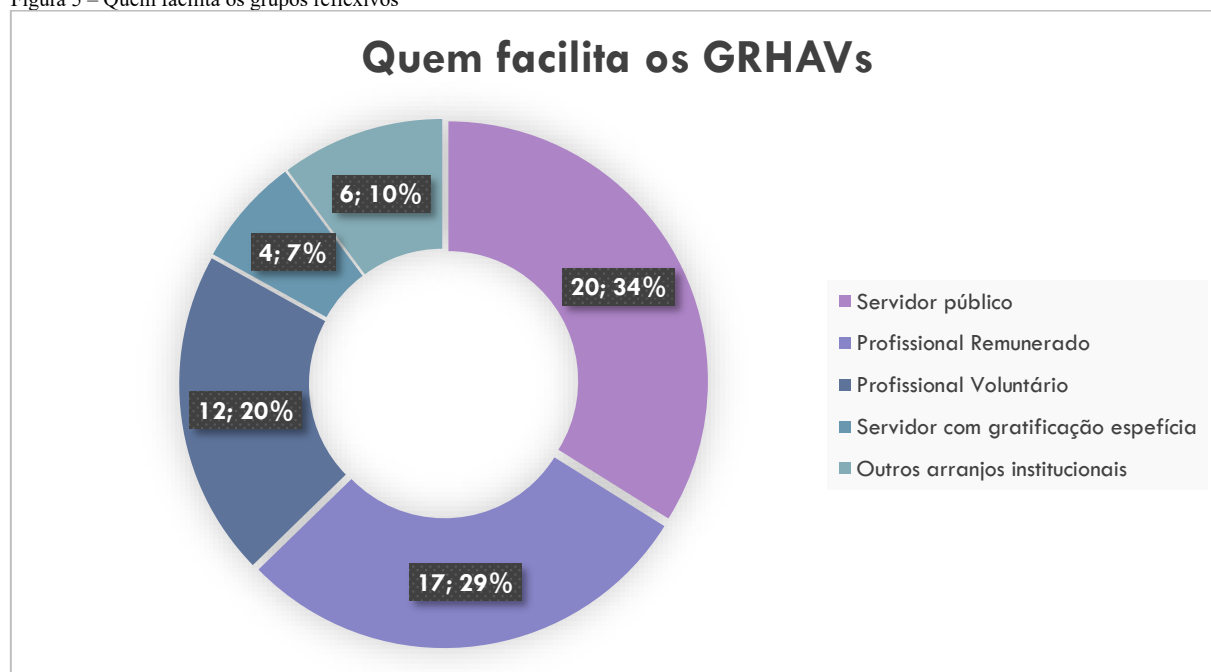


A possibilidade de encaminhamentos pela rede, ainda que concentrada em parte dos grupos, é institucionalmente relevante porque reforça a lógica intersetorial prevista na Lei Maria da Penha e amplia as possibilidades de acesso para além do fluxo estritamente judicial, a depender do arranjo local. De forma ainda mais restrita, a busca espontânea foi mencionada em 4 comarcas (7,8%), a saber: Ascurra, Balneário Camboriú, Blumenau e Rio do Campo. Embora minoritária, essa via é qualitativamente importante por indicar maior visibilidade territorial dos grupos e abertura para adesões voluntárias, o que pode favorecer estratégias de prevenção e responsabilização em momentos anteriores à judicialização.

2.3 Facilitação dos grupos

O questionamento sobre quem facilita dos grupos reflexivos foi respondida por 50 pessoas, que poderiam assinalar mais de uma opção. Verifica-se a existência de um modelo fortemente sustentado por pessoal “da casa”, porém com baixa institucionalização remuneratória: 25 respostas (50%) indicam servidores públicos como facilitadores; 16 (32%) apontam profissionais remunerados; 11 (22%) mencionam profissionais voluntários; e apenas 4 (8%) registram servidores com gratificação. Há ainda menções pontuais classificadas como outros (3; 6%) e equipe técnica (1; 2%), geralmente em descrições mais específicas (CPMA, prefeitura, equipe multiprofissional etc.).

Figura 5 – Quem facilita os grupos reflexivos





FONTE: Elaborado pelos(as) autores(as)

Quando comparado aos mapeamentos anteriores, o perfil das equipes facilitadoras dialoga diretamente com o padrão de longevidade curta dos GRHAVs que vem sendo registrado no estado. Em 2023, por exemplo, verificou-se que 65% das iniciativas tinham até 2 anos de existência (26 de 40 respostas), o que já indicava um campo em expansão, porém com predominância de experiências ainda jovens e, portanto, mais vulneráveis a interrupções, aliados à facilitação majoritariamente por funcionários da própria instituição (81,4%) e presença de pessoas convidadas externas (34,88%) e com participação é voluntária em 77% das iniciativas.

Em 2022, essa vulnerabilidade aparece de forma explícita: dos 31 grupos mapeados em 2020, 12 (38,7%) deixaram de existir, e o relatório associa essa “efemeridade” à vinculação do programa a um único agente ou a uma única instituição, de modo que mudanças de lotação, gestão ou equipe podem levar ao encerramento da iniciativa. Esse pano de fundo ajuda a interpretar o retrato de 2025, que apresenta uma base de facilitação fortemente apoiada em arranjos de pessoal que, em regra, são mais sensíveis à rotatividade e à sobrecarga, como servidores públicos, ou profissionais voluntários. Em 2020, já se observava que a facilitação era feita principalmente por funcionários das instituições organizadoras (74%) e por convidados externos (48%), sendo que, quando externos, predominava a atuação voluntária (68%) e a remuneração era residual (6%).

Este padrão indica que o estado tem conseguido expandir a oferta de GRHAVs, mas a sustentação dos grupos no curto e médio prazo tende a esbarrar no mesmo gargalo apontado em 2022: iniciativas muito dependentes de pessoas específicas, de arranjos locais e de trabalho não estruturado têm maior chance de não atravessar mudanças de gestão e de equipe.

A pergunta quanto à **formação das pessoas facilitadoras em 2025**, foi respondida por 50 pessoas, com possibilidade para assinalar mais de uma resposta, verificando a predominância de profissionais da Psicologia em 86% dos grupos e do Serviço Social em 62%, seguidos pelo Direito (24%) e, de forma residual, por outras áreas como Pedagogia e funções socioeducativas. Verifica-se que esse desenho é coerente com as recomendações do estudo nacional coordenado por Beiras et al. (2021), que indicam a necessidade de equipes com formação nas áreas das ciências humanas e sociais, capacitadas em gênero, masculinidades, dinâmica de grupos e violência, preferencialmente em composição interdisciplinar e em dupla



de facilitação, como condição para o desenvolvimento de processos reflexivos e para a produção de responsabilização efetiva.

Na comparação com os ciclos anteriores, verifica-se estabilidade do padrão técnico. Em 2020, a Psicologia estava presente em 100% das iniciativas e o Serviço Social em 65%, enquanto em 2023 esses percentuais foram de 92,5% e 72,5%, respectivamente. Em 2025, ainda que haja leve redução proporcional da Psicologia e do Serviço Social, a centralidade dessas áreas permanece, indicando continuidade metodológica e alinhamento com o campo técnico-científico dos grupos reflexivos. A participação do Direito mantém-se em patamar semelhante ao longo da série histórica, o que revela sua atuação mais associada ao fluxo institucional e à articulação com o sistema de justiça do que à condução direta dos processos grupais.

2.4 Número de atendimentos

Com base nas informações declaradas pelos respondentes, os grupos reflexivos em funcionamento registraram, no mínimo, **1.391 homens atendidos em 2025 e 6.797 homens atendidos no acumulado desde o início das atividades**¹¹. Esses valores devem ser interpretados como conservadores, pois boa parte das respostas foi enviada antes do encerramento do ano de referência, o que implica subestimação do atendimento anual, além de haver registros sem preenchimento numérico e respostas apresentadas em formato aberto, como “mais de 100”, que não permitem consolidação precisa. Ressalta-se, ainda, que o indicador considera exclusivamente os homens que efetivamente participaram dos encontros, não incluindo os encaminhamentos que não se converteram em frequência aos grupos. Assim, os números expressam a capacidade real de atendimento e não o volume total da demanda encaminhada. Mesmo sob essa leitura restritiva, o quantitativo acumulado evidencia expansão da oferta e continuidade das experiências ao longo do tempo, com destaque para as comarcas que apresentam trajetória consolidada e sucessivas turmas, responsáveis por parcela significativa do total de participantes.

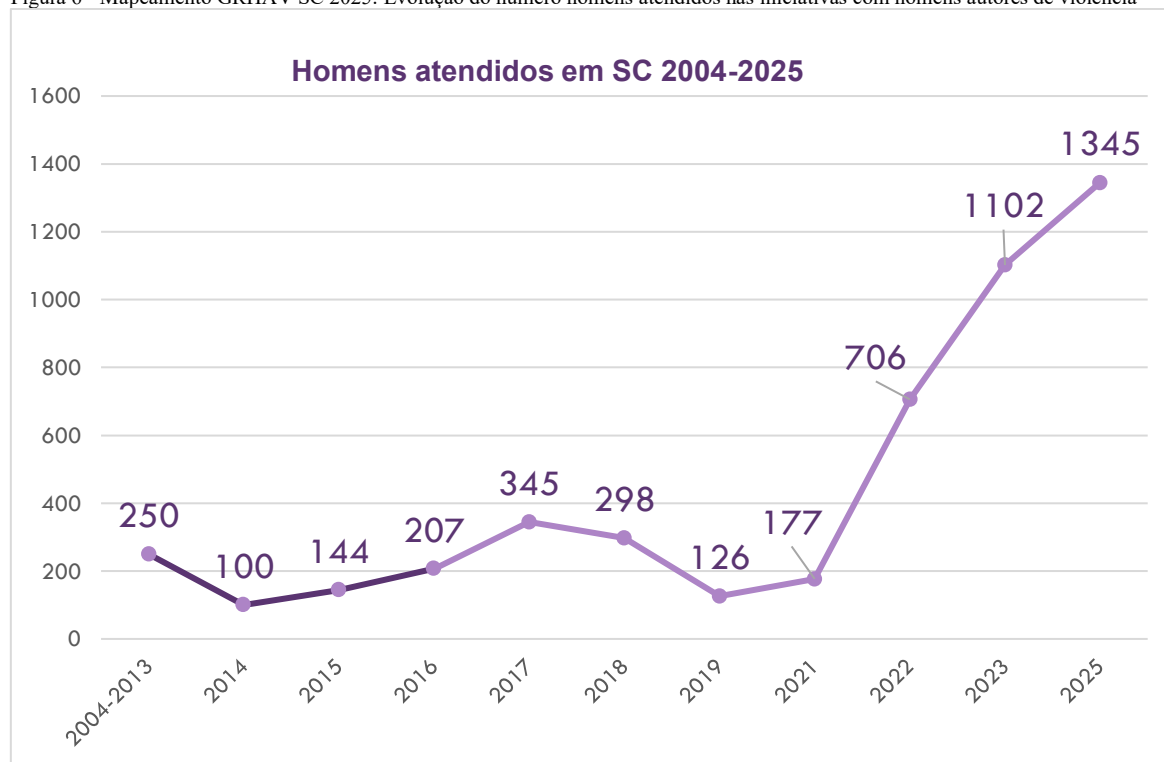
A leitura da série histórica de homens atendidos pelos grupos reflexivos no estado reforça essa trajetória de expansão e permite situar o dado de 2025 em perspectiva (Figura 6). Os registros mais antigos indicam um período inicial marcado por experiências pontuais e

¹¹ Os quantitativos apresentados não incluem as comarcas de Pomerode, Turvo e Guaramirim (Schroeder), que não informaram dados numéricos, bem como registros com campos não preenchidos ou valores informados em formato aberto.



concentradas, com volumes anuais relativamente baixos e pouca capilaridade territorial. A partir de meados da década passada, observa-se crescimento gradual e sustentado do atendimento, sugerindo disseminação progressiva da metodologia para novas comarcas e consolidação de fluxos de encaminhamento. Nos anos mais recentes, o aumento se acelera e passa a refletir um ciclo de ampliação mais estruturado, em que a política deixa de depender de iniciativas isoladas e passa a operar em escala estadual, com maior número de grupos e maior capacidade de absorção de demanda.

Figura 6 - Mapeamento GRHAV SC 2025: Evolução do número homens atendidos nas iniciativas com homens autores de violência¹²



FONTE: Elaborado pelos(as) autores(as) – atualizado do Mapeamento GRHAV SC 2023 p. 52

Importa registrar o que o Mapeamento SC 2023 já havia apontado: quando perguntado de forma geral, 36 respondentes informaram que cerca de 4.298 homens já haviam passado pelos GRHAVs desde o início; e, ao solicitar o detalhamento “ano a ano”, houve 34 respostas, totalizando 3.667 homens, com a ressalva expressa de que os dados de 2023 eram parciais, pois a coleta ocorreu antes do encerramento do ano. À luz disso, a comparação com 2025 deve ser feita com cautela metodológica (diferença de respondentes, momento da coleta e campos em aberto), mas é útil para compreender a tendência.

¹² Dados parciais de 2025, referentes apenas aos participantes efetivos dos grupos em funcionamento no momento da coleta.



No mapeamento de 2025, considerando apenas grupos em funcionamento e participação efetiva, o total acumulado de 6.797 homens representa cerca de **um acréscimo de 2.499 homens atendidos** nos GRHAVs em relação ao último mapeamento estadual realizado em 2023. Essa variação sugere, simultaneamente, que parte desse acréscimo decorre da abertura de novos grupos e parte decorre da manutenção de experiências já existentes que seguem ofertando turmas sucessivas. Ainda assim, trata-se de um ganho mínimo observado, uma vez que, tal como em 2023, também em 2025 há subestimação provável (respostas enviadas antes do fim do ano, não preenchimento de alguns campos e valores em formato aberto).

Nesse contexto, o dado de 2025 é particularmente relevante porque mesmo sendo um mínimo observado e sujeito a subestimação, ele se mantém em patamar elevado quando comparado ao histórico, sinalizando continuidade da oferta e não apenas um pico conjuntural. Além disso, a expansão do atendimento anual tende a decorrer menos do aumento do tamanho das turmas e mais da multiplicação e manutenção de grupos ao longo do território catarinense, o que depende de institucionalização local, equipes estáveis e rotinas de monitoramento.

Assim, a série histórica sugere que o principal desafio, a partir do estágio atual, não se trata apenas ampliar números, mas garantir regularidade e permanência das iniciativas, de modo que o crescimento anual se converta, progressivamente, em aumento consistente do acumulado e em cobertura territorial mais homogênea.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento estadual de 2025 indica um avanço importante na identificação, organização e visibilização dos grupos reflexivos e responsabilizantes com homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres em Santa Catarina. O levantamento registrou grupos em funcionamento, iniciativas em fase de planejamento/implementação e ações pontuais que, embora relacionadas ao tema, não configuram grupos em sentido estrito. Essa distinção metodológica, adotada neste ciclo, qualifica a interpretação dos dados e reduz ambiguidades presentes em levantamentos anteriores, nos quais a categoria “iniciativas” reunia formatos com diferentes níveis de estruturação e continuidade.

Os dados de 2025 sugerem crescimento do número de grupos quando comparados aos ciclos anteriores do mapeamento estadual, reforçando a tendência de ampliação já observada em 2023. Importa destacar que ainda que as comparações interanuais exijam cautela, dada a evolução dos instrumentos e das categorias analíticas, o conjunto das evidências aponta para maior capilaridade territorial e para o fortalecimento da agenda institucional voltada aos GRHAVs, com comarcas indicando oferta em funcionamento e outras manifestando intenção concreta de iniciar ou retomar grupos, inclusive em arranjos intermunicipais.

Quanto ao alcance do atendimento, o mapeamento de 2025 registra, com base nas informações declaradas pelos respondentes, ao menos 1.391 homens atendidos no ano e 6.797 homens atendidos no acumulado desde o início da série histórica de mapeamento das iniciativas com homens autores de violência contra as mulheres em 2020, sugerindo um crescimento em relação ao último ciclo estadual e indica continuidade de experiências com maior trajetória, responsáveis por parcela relevante do atendimento total. Destaca-se que esses valores devem ser compreendidos como mínimos observados, pois parte das respostas foi enviada antes do encerramento de 2025, há registros sem preenchimento numérico e respostas em formato aberto, além do fato de que o indicador considera apenas participação efetiva nos encontros, não incluindo encaminhamentos que não se converteram em adesão.

Em relação ao tempo de existência dos grupos, os dados de 2025 indicam simultaneamente a presença de experiências consolidadas e um ciclo recente de implementação, indicando que o grande número de grupos com até dois anos sugere expansão recente e disseminação territorial, enquanto a existência de grupos com maior tempo de funcionamento indica capacidade de continuidade e acúmulo metodológico. Em comparação com o mapeamento estadual de 2023, essa distribuição tende a confirmar a permanência de um padrão



no qual parte da oferta é composta por iniciativas novas, ao passo que um subconjunto mais antigo sustenta trajetória e atendimento acumulado, apontando a importância da institucionalização para reduzir descon continuidades.

Quanto ao formato e ao funcionamento, o mapeamento de 2025 indica predominância de atividades presenciais, com experiências pontuais em formato híbrido, o que sugere preferência por metodologias de encontro presencial, mas também abertura para soluções combinadas conforme a realidade territorial.

No tocante ao ingresso dos participantes, os dados indicam centralidade do encaminhamento judicial, com ocorrência mais restrita de busca espontânea e encaminhamento pela rede, aspecto que dialoga com o panorama nacional, no qual o sistema de justiça se apresenta como indutor importante da política, mas com desafios de ampliação e qualificação dos fluxos intersetoriais (Beiras *et al.*, 2023), reforçando a necessidade de integração com a rede de atendimento, tanto para apoio à adesão e permanência quanto para qualificação do acompanhamento de casos com maior risco.

No que se refere às equipes facilitadoras, os dados de 2025 indicam predominância de profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social, frequentemente em composição interdisciplinar, o que se alinha às recomendações mínimas sistematizadas por Beiras *et al.* (2021), que destacam a necessidade de capacitação específica, condução técnica qualificada, abordagem de gênero e masculinidades e funcionamento em equipe como parâmetros de qualidade e segurança metodológica. Por outro lado, a presença relevante de facilitadores voluntários sugere fragilidades potenciais de sustentabilidade e padronização, reforçando a importância de modelos institucionais que assegurem estabilidade de equipes, supervisão técnica e rotinas de formação continuada (Beiras *et al.*, 2021).

Nesse contexto, a criação do PROHAV ao final de 2025 pode ser compreendida como resposta institucional estratégica às necessidades evidenciadas pelo próprio mapeamento, uma vez que ao estabelecer diretrizes, incentivar a padronização de parâmetros mínimos, promover capacitações e organizar fluxos de monitoramento e avaliação, o PROHAV tende a atuar como eixo estruturante de uma política judiciária estadual voltada aos GRHAVs, em convergência com a Recomendação CNJ n. 124/2022, tratando-se, portanto, de programa com potencial para reduzir assimetrias regionais, apoiar comarcas em fase de planejamento/implementação e qualificar experiências já existentes, promovendo continuidade e comparabilidade de informações entre os ciclos dos grupos.



Assim, a partir dos dados obtidos no Mapeamento GRHAV SC 2025, recomenda-se:

- (i) ampliar e aprofundar o mapeamento em 2026, com busca ativa nas comarcas, refinamento de categorias e campos obrigatórios mínimos, e fortalecimento de rotinas de atualização;
- (ii) consolidar trilhas de capacitação continuada no âmbito do PROHAV, alinhadas às recomendações metodológicas de Beiras *et al.*, incluindo formação para condução de grupo, manejo de resistências, responsabilização, abordagem de gênero e masculinidades, além de supervisão e intervenção;
- (iii) fortalecer a articulação com a rede de atendimento para qualificar fluxos de encaminhamento e estratégias de adesão e permanência, reduzindo perdas entre encaminhamento e participação efetiva;
- (iv) desenvolver indicadores de monitoramento e avaliação compatíveis com a realidade territorial, permitindo acompanhar continuidade, volume de atendimento, perfil de participantes e estabilidade das iniciativas; e
- (v) (v) apoiar formalizações interinstitucionais e arranjos intermunicipais, especialmente em comarcas com baixa oferta e demanda regionalizada.

Por fim, os achados do mapeamento de 2025 indicam que a expansão e a qualificação dos GRHAVs integram a dimensão preventiva da resposta institucional à violência doméstica e familiar contra as mulheres, considerando que tais iniciativas tendem a contribuir para a gestão qualificada do risco e para a interrupção de escaladas de violência, compondo, em articulação com medidas protetivas, acompanhamento de casos e ações da rede, um conjunto de estratégias com potencial de reduzir desfechos graves e letais, inclusive feminicídios, nos termos do enfoque preventivo e protetivo da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).



4 SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

ADRIANO BEIRAS

Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 2023, realiza pós-doutorado Senior na Universidade Autônoma de Barcelona, UAB, Espanha. Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC (PPGP/UFSC/ Mestrado/Doutorado) - Gestão 2021-2023. Foi coordenador do curso de Psicologia da UFSC de 08/2017 a 07/2018 e Vice-coordenador de 08/2018 a 07/2019. Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar de Ciências Humanas (PPGICH). Coordenou a Área 2 - Psicologia Social e Cultura (PPGP/UFSC), (Gestão de 2019 a 2021). É graduado e licenciado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Psicologia por esta mesma instituição (UFSC), Doutor Europeu em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha (com Menção Doutor Europeu), revalidado pela UFSC, no Brasil. Foi pesquisador Convidado pela Universidade Fernando Pessoa (UFP), Porto, Portugal, de 05/2011 a 08/2011. É coordenador do Núcleo de Pesquisas Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) do Departamento de Psicologia da UFSC, e vice-coordenador do Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ), do Departamento de Psicologia da UFMG e pesquisador do Grupo de Pesquisas VIPAT (Violencia en la Pareja y en el Trabajo) do Departamento de Psicologia Social da UAB, em Barcelona, Espanha. Tem experiência em diversos Projetos de Extensão Universitária e de Pesquisa, com ênfase em Psicologia Social, Jurídica, Comunitária e Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, família, mediação familiar, violências, masculinidades, saúde sexual e reprodutiva e sexualidades. É Editor Coordenador da Revista Nova Perspectiva Sistêmica, editada pela editora do Instituto Noos (SP). Realizou visita pós-doutoral de 3 meses (dezembro de 2012 a fevereiro de 2013), na Universidade de Brighton (School of Applied Social Science, University of Brighton), Reino Unido/Inglaterra e também na Universidade de Granada (Departamento de Psicologia Social), Espanha (novembro de 2013 a fevereiro de 2014, Coimbra Group Scholarship Programme). Realizou Pós-doutorado Junior (Bolsa PDJ-CNPq) no Departamento de Psicologia da UFSC (Fpolis- Brasil), de março de 2013 a julho de 2014. Professor Visitante na Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Equador (Quito), em junho de 2014 e de 2015 e janeiro de 2016. Professor Visitante no Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP-USP-USP (Ribeirão Preto) em abril de 2017. Professor Visitante na Universidad de Santiago de Chile- USACH (Bolsa de Intercâmbio Docente da AUGM), em outubro de 2017. Professor Visitante da Universidade Autônoma de Barcelona (20023-2024/ Pós-doutorado Sênior CNPq e Capes Print). Membro associado do The Taos Institute, USA (<https://www.taosinstitute.net/adriano-beiras>). Pesquisador Colaborador da L'équipe de Recherche en Violence Conjugale (VC), da Université Laval, Québec, Canadá, desde 2024. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1388-9326> GOOGLE CITATION: Adriano Beiras <https://scholar.google.com/citations?user=IwxM9-cAAAAJhl=en>.



ANA CAROLINA MAURÍCIO

Professora do curso de Psicologia da UNICESUSC. Doutoranda e Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Psicologia pela Faculdade Cesusc (2019). Tem experiência em processos clínicos e grupais, com interesse voltado para a Psicologia Social, na área de gênero e sexualidade. Atualmente é supervisora acadêmica de extensionistas e estagiários(as) vinculados(as) ao Projeto Ágora - Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência, realizado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero/UFSC), ao Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ) e à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Estuda as relações entre gênero e violência, sobretudo nos temas direitos sexuais e reprodutivos; cisheteronormatividade; masculinidades e violação de direitos. Oferece capacitações e minicursos nas áreas de masculinidades, feminilidades e violência de gênero, sob o prisma da Psicologia Social Jurídica.

ANTONIO CARLOS JOSÉ BRITTO

Psicólogo (CRP 12/09007). Psicólogo policial civil e atua no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), com vinculação ao Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) e atuação junto à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID/TJSC). Atua no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres, com ênfase em estratégias de responsabilização e trabalho com homens autores de violência, em articulação com o PROHAV. É supervisor do Projeto Agora, contribuindo com orientação metodológica e acompanhamento de iniciativas voltadas à qualificação de práticas institucionais, triagem e fluxos de encaminhamento. Integra ações vinculadas ao Programa Indira: pelas mulheres do PJSC, colaborando na elaboração e revisão de diretrizes e materiais de apoio. Atua e desenvolve ações no campo de gênero e masculinidades, com foco na prevenção da violência e no aprimoramento de metodologias de intervenção com homens no sistema de justiça. No campo científico, participa de pesquisas voltadas ao mapeamento e à avaliação de efetividade de grupos reflexivos para homens autores de violência, bem como de projeto de pesquisa direcionado à construção e validação de um instrumento nacional de avaliação de risco, centrado no homem autor de violência contra as mulheres. É graduado em Psicologia pela UNISUL, possui Mestrado em Saúde Mental pela UFSC, com ênfase em substâncias psicoativas, e formação complementar em Existencialismo pelo Núcleo Castor.



JOAO BATISTA RIOS MACHADO

Graduando em Psicologia pela Faculdade Anhanguera. Graduado em Ciências Contábeis (UFSC), com especialização em Direito Tributário (FGV), Planejamento tributário (Estácio de Sá), Gestão estratégica (ACADEJUD/PJSC), MBA em Administração Hospitalar (UNIDERP) e Psicologia Humanista na Abordagem Centrada na Pessoa (UNOPAR). Servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, lotado na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (CEVID/TJSC), atuando no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres, com ênfase no acolhimento as mulheres vítimas de violência doméstica (CEAV/TJSC) e na implementação, monitoramento e qualificação das ações reflexivas voltadas à responsabilização de homens autores de violência contra as mulheres, no Programa Estadual de Reflexão, Sensibilização e Responsabilização de Homens Autores de Violência contra as Mulheres (PROHAV/TJSC).

MICHELLE DE SOUZA GOMES HUGILL

Doutoranda em Psicologia (UFSC), na área de Psicologia Social e Cultura. Mestra em Direito (UFSC). Especialista em Gestão Pública (UFSC) Especialista em Direito Público (FURB). Especialista em Gestão da Inovação e Inteligência Comportamental no Poder Judiciário de Santa Catarina (Academia Judicial/TJSC). Bacharela em Direito (UNISUL). Bacharela em Administração Pública (UFSC). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero), da UFSC. Supervisora do Projeto Ágora: grupos reflexivos para homens autores de violência (UFSC/PJSC). Presidente da Comissão de Ética e Conduta do PJSC (Biênio 2024/2026). Membro da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ). Secretária da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (CEVID/TJSC), requisitada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Docente da Academia Judicial/PJSC. Coautora da obra Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra no Brasil: mapeamento, análise e recomendações. Estuda questões gênero e masculinidades, violências de gênero, violências contra as mulheres, a partir de uma base multidisciplinar, em especial, na Psicologia Social e Direito. Atua como pesquisadora e na elaboração, coordenação, gerenciamento e execução de políticas institucionais no sistema de justiça para o enfrentamento das violências contra as mulheres, tais como projetos, programas, capacitações, materiais, pareceres e orientações técnicas referentes aos temas de estudo. Atuou como *Short-Term Scholar na Rollins School of Public Health na Emory University*, em Atlanta/GA, EUA, para pesquisar homicídio entre parceiros íntimos e feminicídio, na qualidade de bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), no programa de apoio à mobilidade para pesquisadores catarinenses (Edital n. 7/2024), no período de dezembro/2024 a maio/2025. Foi membro da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, no segundo grau de jurisdição do PJSC (CPEAMAS-SG) no período de 2020/2024. Foi Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Participação Institucional Feminina do PJSC (2019/2025).



NAIARA BRANCHER

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com ingresso na magistratura em 1999. Atua como titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Florianópolis/SC e é Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. No TJSC, é Coordenadora Adjunta da CEVID e conduz o Programa Indira: pelas mulheres do PJSC, iniciativa voltada ao enfrentamento da violência doméstica vivenciada por magistradas e servidoras. Em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, lidera a pesquisa de efetividade do Projeto Ágora, que desenvolve grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica e familiar na Capital. 1ª Vice Presidenta do Fonavid, Fórum Nacional de Juízes e Juízas de Violência Doméstica.



5 REFERÊNCIAS

BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel Fauth Washington; SOMMARIVA, Salete Silva; HUGILL, Michelle de Souza Gomes. **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações**. Florianópolis: CEJUR, 2021. Disponível em: <http://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento-1.pdf> pp 196-220.

BEIRAS, Adriano; MARTINS, Daniel Fauth W; HUGILL, Michelle de Souza Gomes. **Mapeamento Nacional dos Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência contra as Mulheres, 2023**. Florianópolis: Margens (UFSC) /COCEVID, 2024. Disponível em: <https://margens.ufsc.br/files/2024/03/Mapeamento-Nacional-GHAV-2023.pdf>

BEIRAS, Adriano; HUGILL, Michelle S. G.; MAURÍCIO, Ana Carolina; MÜHLEN, Bruna Krimberg Von. **Relatório do Mapeamento Santa Catarina 2023: Grupos Reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres**. Margens/UFSC, TJSC: Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://margens.paginas.ufsc.br/files/2023/06/Relat%C3%B3rio-Mapeamento-Santa-Catarina-2023.pdf>

BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006 (Lei da Maria). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Recomendação CNJ n. 124/2022**. Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1535112022011161dda3afb39db.pdf>

MAPEAMENTO SC GRHAV 2020. Disponível em: <https://margens.paginas.ufsc.br/files/2025/06/Relat%C3%B3rio-Mapeamento-Santa-Catarina-2020.pdf>

MAPEAMENTO SC GRHAV 2022. Disponível em: <https://margens.paginas.ufsc.br/files/2025/06/Relat%C3%B3rio-Mapeamento-Santa-Catarina-2022.pdf>



6 ANEXO – Materiais disponíveis

Para acesso aos materiais, clique nas imagens a seguir:

TRILOGIA Grupos Reflexivos e Responsabilidades para Homens Autores de Violências contra Mulheres no Brasil: mapeamento, análises e recomendações, reflexões e experiências

LIVRO 01 MAPEAMENTO, ANÁLISE DE RECOMENDAÇÕES



Recomendação CNJ n. 124/2022

Recomenda aos tribunais que instituem e mantenham programas voltados à reflexão e responsabilização de agressores de violência doméstica e familiar

ESTUDOS TEÓRICOS



PRÁTICA





MAPEAMENTO GRHAV 2025 SANTA CATARINA

~ 29 ~

Materiais publicados em 2024/2025:

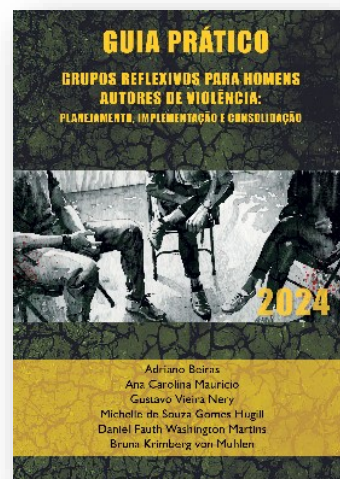
MAPEAMENTO NACIONAL GHAV 2023



RESUMO ESQUEMATIZADO DAS RECOMENDAÇÕES E CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA GHAV



RESUMO ESQUEMATIZADO DAS RECOMENDAÇÕES E CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA GHAV



HOMENS: Violências e Políticas Públicas



HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: Teorias e metodologias para a facilitação grupal



Realização/Apoio:



MARGENS
Modos de vida, família e relações de gênero

Ψ NÚCLEO DE
PESQUISA EM
PSICOLOGIA
JURÍDICA